ORGANIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM CICLOS E A QUALIDADE DO ENSINO

Ocimar Munhoz Alavarse
FE/USP/BRASIL
ocimar@usp.br

Paulo Henrique Arcas
FE/USP/BRASIL
arcasmg@uol.com.br

Cristiane Machado
DEPASE/FE/UNICAMP/BRASIL
crimacha@unicamp.br

Introdução

Neste trabalho se analisa o potencial que a organização do ensino fundamental em ciclos teria com vistas à qualidade do ensino com base nas propostas de implementação nas redes municipais de Belo Horizonte e de Porto Alegre. No contexto de políticas de educação que têm preconizado sua qualidade como expressas nos resultados de avaliações externas em larga escala, considera-se necessário recuperar iniciativas que, sem necessariamente recusar a utilização desses resultados, buscaram alterar a organização curricular do ensino fundamental com vistas à ampliação da qualidade na perspectiva de sua democratização por via da superação da seriação.

Em Alavarse (2009 e 2014), Barretto e Mitrulis (2001), Mainardes (2001 e 2004) e Sousa et al. (2003) encontramos a apreensão dos fundamentos dos ciclos e dos esforços em sua implementação que justificam recuperar experiências que aportem novos contornos no debate sobre os desafios da qualidade do ensino.

As iniciativas das redes municipais de Belo Horizonte e Porto Alegre

Essas iniciativas, implantadas em meados dos anos 1990 e abandonadas ou esmaecidas por gestões subsequentes, têm suas formulações essenciais em Belo Horizonte (1994) e Porto Alegre (1996). Em ambas, apesar de suas especificidades, temos as seguintes características: redimensionamento dos tempos escolares, com a introdução de períodos letivos de três anos – os ciclos –, em oposição ao ano

letivo da seriação, considerado uma restrição para o acompanhamento dos alunos e para o desenvolvimento de unidades de ensino que requerem mais tempo, tendo sido o ensino fundamental organizado em três ciclos; valorização da pedagogia diferenciada, em oposição à típica aula simultânea da seriação; estruturação curricular sob eixos temáticos ou projetos, e não exclusivamente em bases disciplinares; questionamento da própria noção de conhecimento escolar; valorização das experiências, conhecimentos e diferenciação dos alunos; ênfase no trabalho coletivo, tanto docente, quanto discente; avaliação formativa a serviço do próprio processo de ensino; organização dos agrupamentos de alunos, com base em objetivos de aprendizagem.

Tais propostas de ciclos, marcadas por tensões e polêmicas, colocaram o desafio de pensar a escola em bases distintas daquelas sobre as quais tradicionalmente se organiza. A democratização do ensino é vista para além do acesso, permanência e conclusão, e a função da escola é tomada em sua essência: garantir que alunos e professores experimentem um processo de conhecimento com fins e resultados radicalmente novos.

A adoção dos ciclos em Belo Horizonte, mediante a proposta denominada *Escola Plural*, foi abordada por Miguel Arroyo (1999, p. 158) destacando que

É uma procura, nada fácil, de organizar o trabalho, os tempos e espaços, os saberes, as experiências de socialização da maneira mais respeitosa para com as temporalidades do desenvolvimento humano.

[...]

[que] passa a ser o eixo identitário dos profissionais da educação básica e de seu trabalho coletivo e individual.

A elaboração da proposta político-pedagógica da Escola Plural iniciou-se com um amplo processo de problematização nas escolas do qual resultou a organização do ensino fundamental em ciclos, em cuja apresentação (BELO HORIZONTE, 1994, p. 1) delineiam-se seus contornos de democratização conjugados com a alteração da organização da escola, pois

A preocupação com direito de permanência de crianças, jovens e adultos em uma escola de qualidade orientou a sua elaboração. Reduzir “os índices de evasão e reprovação exige mudanças profundas na estrutura da escola pública de ensino fundamental”.

A proposta político-pedagógica de Porto Alegre, denominada de *Escola Cidadã* (PORTO ALEGRE, 1996, p. 11), também procurou garantir o acesso ao conhecimento por meio dos ciclos, que promoveriam um *continuum* no processo de ensino-aprendizagem, em seu planejamento e na própria prática pedagógica, respeitando, além do mais, o ritmo, o tempo e as experiências dos educandos, de modo que

Em cada Ciclo de Formação existe um conjunto de princípios e conhecimentos que norteiam, complexificam e aprofundam o trabalho pedagógico e o caminho percorrido desde o primeiro ano do primeiro ciclo até o último ano do terceiro ciclo [...]. Desse modo, na escola, organiza-se um movimento pedagógico flexível voltado para o sucesso dos educandos e não para o seu fracasso.

A justificativa para cada ciclo de formação, ancorava-se em pressupostos psicológicos para definir as faixas etárias, citando-se Piaget e Vygotskii principalmente. Assim, o primeiro ciclo (dos 6 aos 8 anos e 11 meses) teria como traço agrupar os alunos que se encontram em um período “em que aparecem mudanças significativas na interação social do educando, especialmente daqueles que nunca frequentaram uma escola, por isso o trabalho no ciclo deve propiciar uma articulação estreita com a educação infantil” (PORTO ALEGRE, 1996, p. 20-21). Já o segundo ciclo (dos 9 anos aos 11 anos e 11 meses), com alunos em uma etapa intermediária, já começaria a incorporar a conquista da autonomia pessoal e social, não só na relação com o conhecimento, como também com a escola. E, por fim, o terceiro ciclo (dos 12 anos aos 14 anos e 11 meses) seria composto por alunos que estariam passando para a maneira adulta de pensar, já com capacidade para pensar em termos abstratos.

Para tanto, a organização do ensino foi feita por complexos temáticos – assuntos ou relações profundas – que concentram conceitos e temas a serem extraídos de um processo de problematização e que norteiam, em seu estudo e aprofundamento, toda a atividade do ano ou do ciclo. Tais complexos temáticos demandaram uma sistematização das diferentes áreas do conhecimento, à luz dos objetivos mais gerais de cada ciclo.

Considerações finais

Para superar o que Dubet (2008) chamou de ilusão da igualdade de oportunidade e avançar no sentido do que Crahay (2012) apontou como igualdade de resultados, provavelmente, a organização do ensino em ciclos seja uma alternativa a ser retomada, inclusive para dar às avaliações externas um caráter formativo aos docentes e favorecer a avaliação institucional, por suas potencialidades, como demonstrado em Alavarse, Machado e Arcas (2017). Para alavancar o trabalho escolar, exige-se muito mais do que aquilo preconizado como qualidade da escola nas políticas educacionais atuais que focam quase que exclusivamente nos resultados de avaliações externas, exige-se repensar a escola mais amplamente, o cerne das propostas de ciclos.

Referências

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. A organização do ensino fundamental em ciclos: algumas questões.

Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 35-50, jan./abr. 2009.

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Ciclos e seriação: tensões da democratização do ensino fundamental.

In: FERNANDES, Claudia de Oliveira (Org.). **Avaliação das aprendizagens**: sua relação com o papel social da escola. São Paulo: Cortez, 2014. p. 57-91.

- ALAVARSE, Ocimar Munhoz; MACHADO, Cristiane; ARCAS, Paulo Henrique. Avaliação externa e qualidade da educação: formação docente em questão. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1353-1375, jul./set. 2017.
- ARROYO, Miguel González. Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, ano XX, n. 68, p. 143-162, dez. 1999.
- BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; MITRULIS, Eleny. Trajetória e desafios dos ciclos escolares no país. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 103-140, maio/ago. 2001.
- BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. **Escola Plural**: proposta político-pedagógica. Belo Horizonte: SMED, out. 1994.
- CRAHAY, Marcel (Dir.). **L'école peut-elle être juste et efficace?**: de l'égalité des chances à l'égalité des acquis. 2^e ed. rev. et actualisée. Bruxelles: De Boeck, 2012.
- DUBET, François. **O que é uma escola justa?**: a escola das oportunidades. Tradução de Ione Ribeiro Valle. São Paulo: Cortez, 2008.
- MAINARDES, Jefferson. A organização da escolaridade em ciclos: ainda um desafio para os sistemas de ensino. In: FRANCO, Creso (Org.). **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 35-54.
- MAINARDES, Jefferson. **Moving away from a graded system**: a policy analysis of the Cycles of Learning Project (Brazil). Thesis (Doctor of Philosophy) – Institute of Education, University of London. London, Dec. 2004.
- PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Educação. **Ciclos de formação**: proposta político-pedagógica da Escola Cidadã. Porto Alegre: SMED, dez. 1996.
- SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian et al. Ciclos e progressão escolar: indicações bibliográficas. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 38, p. 99-114, jan./mar. 2003.